

# Um 'arquiteto' da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues

*An 'architect' of Brazilian historiography: history and historians in José Honório Rodrigues*

Andre de Lemos Freixo\*

## RESUMO

O artigo analisa a história da historiografia brasileira, segundo a perspectiva de José Honório Rodrigues (1913-1987), como parte dos esforços que na década de 1930 começaram a investir nos aspectos profissionais da História como disciplina no Brasil – enfatizando, por exemplo, a função central da metodologia histórica como diferencial frente às escritas amadoras. Uma das principais contribuições de Rodrigues consistiu na organização e periodização de uma história para a pesquisa histórica brasileira. Ao construir essa narrativa histórica, ele organizou um passado, mas também indicou um futuro possível para aquilo que idealizava como um campo profissionalizado. Seu projeto de um Instituto de Pesquisa Histórica, que asseguraria a formação teórica e metodológica adequada aos jovens historiadores brasileiros, faria a escrita histórica se afastar das visões mais conservadoras e tradicionalistas e desvendar os verdadeiros caminhos para uma revolução no processo histórico nacional.

Palavras-chave: História do Brasil; Historiografia Brasileira; José Honório Rodrigues.

## ABSTRACT

This article analyzes the history of Brazilian historiography, according to the perspective of José Honório Rodrigues (1913-1987), as part of the efforts which began to be made in the 1930s to invest in professional aspects of History as a discipline in Brazil – emphasizing, for instance, the central function of historical methodology as an advantage over amateur writings. One of the main contributions of Rodrigues consisted of the organization and periodization of a history for Brazilian historical research. When composing this historical narrative, he not only organized a past, but also indicated a possible future for what he idealized as a professional field. His project of a Historical Research Institute, which would guarantee adequate theoretical and methodological training to the young Brazilian historians, would make history writing depart from more conservative and traditionalist views in order to uncover the true paths of a revolution in the national historical process.

Keywords: History of Brazil; Brazilian historiography; José Honório Rodrigues.

---

\* Professor Substituto, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ, com pesquisa financiada pela Faperj. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Largo de São Francisco, 1. Centro. 20051-070 Rio de Janeiro – RJ – Brasil. andredelemos@gmail.com

*Na casa de Clio há várias mansões. De suas sacadas contemplamos o mundo, sentimos a universalidade e compreendemos a eternidade. É nela que somos apresentados ao homem e o conhecemos. E é nela, ainda, que ele opera sua libertação.*

Rodrigues, 1949, p.23

O nome de José Honório Rodrigues possui leque variado de intérpretes que, ao longo do século XX, o reconheceram como um historiador eminentemente dedicado a questões atinentes à escrita da História e à formação teórica e metodológica no caminho rumo à profissionalização dos historiadores brasileiros. Isso não se deu, é claro, por passiva incorporação de suas argumentações sobre tal problemática, mas sim pelo ativo investimento crítico e deferência com que um significativo conjunto de intelectuais – pode-se hoje dizer um campo historiográfico –, também ocupado com questões sobre a escrita da história, procurou compreender suas contribuições e situar-se em relação a elas.<sup>1</sup> Não é menos significativo que o conjunto de textos sob a assinatura de Rodrigues seja algo como um monumento, considerando-se seu vulto.

Talvez por isso algumas das perspectivas e principais ideias de José Honório permaneçam pouco estudadas. Apesar de alguns importantes ensaios,<sup>2</sup> falta aprofundamento acerca de sua perspectiva historiográfica. Mantendo o tom excessivamente laudatório ou biográfico, ou ainda considerando as diferentes edições de seus textos como uma mesma coisa, terminam por naturalizar algumas ideias, desconsiderando muitas das mudanças feitas pelo próprio Rodrigues através das reedições, com acréscimos e supressões realizadas sobre seus próprios textos. Os principais estudos realizados sobre os trabalhos e perspectivas de Rodrigues são poucos, os mais expressivos dos quais são a tese de doutorado de Raquel Glezer, *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues* (de 1976), a dissertação de mestrado de Ana Luiza Marques e *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*, de Manoel Salgado Guimarães.<sup>3</sup>

Da parte de Rodrigues, o movimento em prol de aplainar a topografia de seus textos e opiniões, dando-lhes um caráter mais homogêneo, é perfeitamente compreensível tendo se tornado uma constante após 1970. Sua operação de escrita buscava se relacionar com temas e questões políticas do momento em que os escrevia ou dava a ler. Tratando-se de textos que se estendem de meados da década de 1930 aos inícios dos anos 1980, não é de estranhar que seu esforço de reescrita tivesse por horizonte a construção de uma obra fechada sobre si mesma, coerente e unívoca. Todavia, é necessário analisar cada um desses textos em sua própria historicidade, compreendendo-os como partes de con-

juntos de possibilidades e diálogos distintos. Essa premissa metodológica é a razão de meu recorte e problemática. Manter o aporte sobre os textos de Rodrigues como parte de uma obra fechada pode levar a uma ilusão de natureza análoga (não direi idêntica) à 'ilusão biográfica' analisada por Pierre Bourdieu, uma vez que alguns dos mais importantes textos de Rodrigues foram reeditados e reescritos ao longo de sua vida, principalmente seus textos dedicados à história da historiografia brasileira, contando com mudanças consideráveis e configurando, portanto, novos textos – apesar de mantidos os mesmos títulos. Entretanto, tais reedições foram novamente publicadas em conjunturas distintas daquelas que José Honório conheceu quando das primeiras edições de textos como *Teoria da História do Brasil* e *A pesquisa histórica no Brasil* – ambos reeditados em mais de uma ocasião.

Assim sendo, tratar os textos de Rodrigues como uma obra fechada talvez mantenha intacta a identidade profissional que ele tentou consolidar e comunicar em momentos posteriores à escrita de boa parte de sua produção. Uma identidade que seria apresentada através dessa 'obra'. Por exemplo, a primeira edição do manual metodológico de José Honório foi lançada em 1949, pelo Instituto Progresso Editorial S.A., de São Paulo. Continha, além do prefácio, dezoito capítulos. O tom geral do manual era o de oferecer àqueles que desejassem escrever História um meio de aprender como fazê-lo profissionalmente, isto é, dentro das diretrizes básicas do “método próprio, peculiar, específico da história”, como ele dizia.<sup>4</sup> Em sua segunda edição, de 1957, publicada em dois volumes, continha novo prefácio e quinze capítulos. Essa foi a primeira vez que esse texto foi publicado pela prestigiosa “Coleção Brasileira”, que passara naquele ano à direção de Américo Jacobina Lacombe, amigo e admirador do trabalho de Rodrigues.

A primeira edição de seu texto tinha caráter propositivo. Pleiteava um até então inédito curso de “Introdução aos estudos históricos” – para os cursos de Geografia e História das universidades brasileiras – como ele próprio conhecera no período em que estudou nos Estados Unidos (entre 1943 e 1944). Um exemplo de suas pretensões foi o curso de aperfeiçoamento em História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores, no qual lecionou, a partir de 1946, metodologia, teoria e história da historiografia. Em 1957, contudo, seu texto já possuía caráter combatente, pois se inseria em uma luta contra o modelo estabelecido pelas quatro dezenas de Faculdades de Filosofia no Brasil, nas quais os cursos de História e Geografia já haviam sido desdobrados pela Lei nº 2594, de 8 de agosto de 1955.

Suas críticas se voltavam para a proposta de formação histórica nas uni-

versidades brasileiras, em parte por influência de uma lógica que, analisava José Honório, seria mais voltada ao ensino de conteúdo e à formação de professores secundários de História e Geografia do que à pesquisa histórica. Sua proposta era a de oferecer ao país uma escola de altos estudos que, à “semelhança de instituições congêneres mundiais e nacionais, promovesse a pesquisa histórica e formasse pesquisadores históricos”. Para Rodrigues, a universidade brasileira significava “a fossilização, o ultraconservadorismo, a estultícia de certas instruções públicas, oficiais ou não, que transformam a história num túmulo”. Tal acusação servia para legitimar sua proposta para a formação de pesquisadores, de uma historiografia de libertação do passado colonial, rumo a um futuro moderno. E ele mesmo indica como solução a nova historiografia, calcada sobre a pesquisa e os modernos procedimentos metodológicos da ciência histórica alemã. Nas linhas que se seguem a essa crítica, Rodrigues conclui que para reverter o quadro, “embora não falte quem delas [das certas instruções públicas] se queira servir para cultivar e alimentar um tradicionalismo nostálgico, estéril e passivo, traste imprestável nesta hora de superação do Brasil arcaico pelo novo”, a tarefa dos novos historiadores seria fundamental, pois com eles a História do Brasil seria reescrita e revisada e se tornaria instrumento de mudança para o avanço da nação brasileira e não seu definitivo sepultamento. Com a aprovação da nova disciplina, que Rodrigues esperava tornar-se cátedra, ele percebeu a oportunidade de revisar e reeditar seu texto de 1949, já havia muito esgotado, incorporando críticas e alterando alguns elementos do plano geral do livro, salvo algumas supressões – como, por exemplo, a do oitavo capítulo da primeira edição, intitulado “Certeza histórica”. José Honório filia os personagens que conduziam os debates nas universidades, e muitas vezes ocupavam as cátedras nos cursos de História, a uma tradição ‘ultraconservadora’. Dessa forma, ele anunciava a hora de “reformular o ensino superior de História”, pois “a míope divisão da História em antiga, medieval, moderna e contemporânea e da América, em que se concentra o ensino no Brasil, desserve e desprepara as gerações e inocula um falso senso de continuidade e uma visão errada da preponderância europeia...”<sup>5</sup>

Além das duas primeiras edições, outras três podem ser registradas de THB: 1969 (novamente reunindo o texto em um volume único, ao qual se acrescentaram dois capítulos e dois apêndices), lançada após não apenas o endurecimento radical do regime ditatorial no Brasil, como também logo após a reforma universitária de 1968, e ‘duas’ edições no ano de 1978 nas quais se substituiu o Apêndice II (da terceira edição) por um posfácio. Justifico as aspas, pois a chamada quinta edição parece ser apenas uma reimpressão da quarta

edição no mesmo ano de 1978 – não há nenhuma diferença entre ambas. O caso das alterações entre a primeira (1952) e a segunda (1969) edições de *A pesquisa histórica no Brasil* é ainda mais significativo, pois como o próprio autor reconhece em seu prefácio à segunda edição, trata-se realmente de um novo livro, agora lançado também pela “Brasiliiana” e em conjunto com a terceira edição de *Teoria da História do Brasil*. Interessa aqui destacar que o próprio Rodrigues, mesmo reconhecendo todas as alterações feitas e o caráter basicamente novo da PHB de 1969, trata o texto como “parte da série iniciada em 1949, que se comporia de três estudos complementares sobre a Teoria (e o Método), a Pesquisa e a Historiografia, e que nunca foi concluída”, justificava ele, “porque não pude finalizar a historiografia”. E mais: “Espero agora, numa mesma série, oferecer os três volumes pela mesma editora em que estreei em 1940”.<sup>6</sup> Esses seriam a Historiografia, a “História da história do Brasil”, em três volumes: historiografia colonial (publicado em 1978), historiografia nacional e historiografia e ideologia. Além desses, ele ainda pretendia escrever uma grande síntese, sua “História Moderna do Brasil”. Ou seja, ele próprio reorganizava sua produção e construía sentido para ela relacionando seus textos como uma obra que teria se iniciado em 1949. Tais esforços marcam suas reedições que, por conseguinte, demandam tratamento analítico distinto daquele utilizado para as primeiras edições.

O presente estudo analisa uma fração dos esforços de Rodrigues. Indago sobre a forma *como* ele compreendia a relação entre História do Brasil e historiadores brasileiros. Pretendo analisar a própria ideia de historiografia brasileira, que significaria para ele, simultaneamente, a história da História (seu passado e evolução) e a escrita da História, avaliando como ela se apresenta em sua narrativa para a evolução da pesquisa histórica no Brasil. A metáfora do arquiteto, utilizada no título do presente trabalho, deriva da epígrafe escolhida e se aplicará ao que denomino como seu projeto de um ‘edifício’ para a historiografia brasileira, espécie de mansão-escola na ‘casa de Clio’. Em Arquitetura, um projeto pode vir ou não a ser realizado; materializado, por assim dizer. Nesse sentido, indago também em que medida poder-se-ia pensar a ideia de historiografia brasileira de José Honório Rodrigues como o núcleo de seu projeto para suas aspirações profissionais. Um espelho, portanto, no qual projetava a própria perspectiva acerca de como deveria ser escrita a História do Brasil e por quem essa operação poderia vir a ser realizada.

Sigo aqui as considerações de Alfred Schütz e Gilberto Velho, para os quais um projeto seria uma manifestação de conduta de um indivíduo-sujeito cognitivo racional (Schütz), e, como argumenta Velho, também atado às circunstân-

cias de vida (formação, preconceitos, desafetos, valores, emoções) ao perseguir finalidades específicas com suas ações.<sup>7</sup> Esse indivíduo-sujeito, no caso José Honório Rodrigues, defendia uma conscientização da existência de um grupo específico e singular – os ‘verdadeiros’ historiadores brasileiros (ou a real historiografia brasileira como ele a entendia). Uma visão retrospectiva e prospectiva, nos termos de Gilberto Velho, situaria essa historiografia brasileira, estabelecendo sentido e significado para seu projeto de criação de um Instituto de Pesquisa Histórica, e sem dúvida para suas ações – presentes em seus textos, como um elo na sucessão de etapas apresentadas para a ‘trajetória de vida’ da historiografia brasileira que ele organiza. Sua narrativa sobre os historiadores do passado, construída de maneira *reflexiva*, seria complementada também por uma projeção futura, um horizonte de expectativa, no qual José Honório deposita suas esperanças e intenções de ver realizado seu projeto.

Busco apresentar sua ideia de historiografia brasileira a partir desse projeto como uma categoria histórica. Entretanto, um projeto somente pode existir dentro de um quadro intersubjetivo, parte fundamental de uma ‘negociação da realidade’ com outros indivíduos-sujeito, outros grupos. É um meio de comunicar interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o universo com o qual dialoga. Rodrigues projetava, portanto, dentro de um determinado espaço de experiências, certo campo de possibilidades no qual se inseria e com o qual dialogava, o que implica certas restrições, constrangimentos e limites específicos.

Acredito que as preocupações com a arquitetura de um panteão historiográfico seriam um meio de, no limite, legitimar e validar seu instituto de pesquisas (uma mansão?), pois balizado pela valorização histórica que sua narrativa cuidadosamente construiu, aliada ao compromisso de preservação desse patrimônio historiográfico brasileiro – que ele chamou de uma *tradição* de pesquisa e pesquisadores históricos. *Grosso modo*, pode-se dizer que a arquitetura nasce da necessidade humana de abrigo, por sua fragilidade física quando exposto à natureza. No caso, se o edifício projetado por Rodrigues não visasse proteger os historiadores brasileiros da exposição a fatores climáticos, ou dos perigos da vida selvagem, talvez ele desejasse preservar a escrita da História do Brasil e seus escritores dos danos causados pelo autodidatismo, amadorismo, tradicionalismo e descaso para com os documentos da ‘nossa história’, como ele mesmo dizia – algo que José Honório considerava de nefastas consequências não apenas para o ofício dos historiadores, como também para a própria empresa da escrita da História do Brasil.

Para isso, proponho tratar analiticamente a ideia de historiografia brasi-

leira de Rodrigues não como um dado a-histórico, cuja existência fragmentada em esparsos vestígios no tempo e no espaço teria sido resgatada por José Honório e cuidadosamente organizada na 'evolução' da pesquisa histórica no Brasil, tampouco como cuidadoso catálogo de autores e obras (Guimarães, 2005, p.33, 34, 37 *passim*). Trato-a como uma categoria de pensamento, em jogo como uma possibilidade de descrição de uma realidade em negociação, cujas dimensões de valor histórico (e historiográfico) se apresentam e se constituem em termos significativos dentro da própria trama narrativa, que constitui uma interpretação para sua historiografia brasileira – apresentada como experiência histórica, de acordo com a proposta e o projeto de Rodrigues, mas também como um horizonte a ser perseguido. No caso específico de José Honório, um historiador que falava para historiadores sobre historiadores do passado, a forma como ele constrói sua trama narrativa é importantíssima para se compreender não apenas o *tipo valor* das contribuições desses pesquisadores para ele, mas também qual o sentido dessa história, narrada como uma evolução. Sua valorização não existe 'em si' nem chega a nós independentemente da estrutura sequencial de início, meio e fim proposta por Rodrigues, tampouco desligada de seus usos em prol do seu projeto maior.

Em termos teóricos, penso a narrativa de Rodrigues a partir de algumas contribuições de Paul Ricœur e Reinhart Koselleck.<sup>8</sup> Assim, defendo que ao narrar uma evolução para a historiografia brasileira como uma experiência histórica, José Honório a sintetiza em um tempo histórico, que visa a um horizonte específico para essa própria 'experiência'. Periodizando, ele marca na relação entre passado e futuro a brecha na qual ele próprio se insere (seu presente) e atua. Assim, sua narrativa oferece um bom exemplo de como um discurso historiográfico sintetiza, em uma temporalidade linear e evolutiva, a grande pluralidade – 'síntese do heterogêneo', para falar como Ricœur – das experiências e temporalidades humanas em uma dimensão narrativa de acordo com o fio condutor da trama que Rodrigues tece para seu presente. Ele o faz, pois se reconhece como herdeiro e devedor da magistral experiência passada que, segundo acredita, o impulsiona em direção ao futuro da nova historiografia brasileira que arquiteta através do seu projeto para um "Instituto de Pesquisa Histórica".

Outro ponto importante reside na ênfase dada à figura de Capistrano de Abreu na sua narrativa histórica. Acredito que o papel desse 'Mestre' no projeto em questão seja o de conferir um pilar para sua construção. Hipoteticamente, se a edificação projetada por Rodrigues, como a proponho pensar, tivesse sido construída, como era seu desejo, não poderia ser erguida sem um

vigoroso pilar. Porém, tampouco se restringiria apenas a ele. A constante reiteration da imagem ‘capistraniana’ que ele moldou se estabeleceu de forma tão bem sucedida que se torna quase impossível falar de Capistrano de Abreu sem mencionar muitos dos textos e trabalhos de Rodrigues, assim como a recíproca parece também verdadeira. Seus investimentos mais significativos na defesa dessa relação podem ser encontrados nos textos introdutórios da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, na quarta série (inédita) de *Ensaios e estudos*, bem como nas reedições de *Capítulos de História Colonial e Descobrimeto do Brasil*, todos devidamente prefaciados e revisados pelo próprio José Honório. No entanto, creio ser necessário compreender quando essa relação inicia seu caminho de consolidação, afinal ser um ‘capistraniano’ não seria uma natureza de José Honório.

A partir de 1953, quando da publicação de um texto de Rodrigues na *Revista do IHGB*, a imagem de seu Capistrano ganha contornos mais claros, uma vez que relaciona, já no título, o nome do mestre ao seu projeto. O texto, parte das comemorações do instituto e de seus sócios em honra do centenário de nascimento, intitulava-se “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”. Rodrigues inicia seu texto louvando os esforços no necrológio de Varnhagen, escrito pelo cearense em 1878, pouco após sua chegada ao Rio de Janeiro. Nele, dizia que a “verdadeira compreensão das tarefas da historiografia brasileira, cumpridas ou a cumprir, de seus feitos e achados, do estado atual das questões, ninguém revelou tão cedo, num descortínio tão claro, lógico e exato, como este jovem em seus ensaios de 1878 a 1882, os melhores que até hoje se escreveram”.<sup>9</sup> Nosso autor defendia que Capistrano teria redefinido e reabilitado a figura e a contribuição de Varnhagen com esse necrológio, que ele próprio, em outra ocasião, creditara como o texto fundador da história da historiografia brasileira, caracterizando-o como “verdadeiramente o começo da historiografia brasileira”. Isso se dava porque Capistrano, um historiador, apontava as realizações de outro historiador, comparando-as com as de seus predecessores e contemporâneos, e concluía que nenhum brasileiro poderia se comparar a ele naquela época. Mas ele não teria se limitado a indicar o que fizera “o mestre, o guia, o senhor da geração do século XIX”, pois, examinava as “deficiências”, apontava as “lacunas”, resumia o “estado” da historiografia brasileira, nomeava os estudiosos e enumerava os trabalhos que iam adiantando os estudos históricos no Brasil depois da passagem de Varnhagen. E concluía seu pensamento afirmando que “quem começa assim, começa bem”.<sup>10</sup> Trata-se, exatamente, da tarefa que Rodrigues cumpria ao começar sua carreira: falar de historiadores, os verdadeiros, reconhecer mestres, revisar trabalhos



e apontar novos caminhos. O texto dessa conferência também serviu de introdução para o primeiro volume da *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Localiza-se logo após um prefácio, também bastante eloquente do que viria a seguir. Configurava, pois, um programa sobre a perspectiva de Rodrigues para a uma historiografia brasileira, espelhada sobre esse Capistrano de Abreu, por assim dizer, 'honório-rodriguiano'.

Início, por conseguinte, minhas considerações apresentando as mudanças no 'Capistrano de Abreu de Rodrigues'. Mudanças em relação ao quê? À maneira como ficou retratado por Rodrigues a partir dos textos aqui citados em termos de significado e importância simbólica, à medida que ele dialogava com a já consolidada imagem de Abreu como o 'maior historiador brasileiro', adequando os traços mais eminentes que os discursos em prol da memória desse mestre apresentavam ao seu projeto para uma nova historiografia brasileira. A comunidade intelectual brasileira com a qual Rodrigues dialogava já se ocupava com debates acerca da profissionalização da História no conjunto dos "Estudos Brasileiros", esforços nos quais José Honório se inseriu.<sup>11</sup> A lembrança de Capistrano como um mestre já existia antes mesmo de Rodrigues iniciar seus estudos em História – retrato esse em grande medida estabelecido pela intelectualidade de fins da década de 1920, boa parte pertencente à Sociedade Capistrano de Abreu (SCA). Porém, para Rodrigues, essa imagem não seria o bastante se não ganhasse novo impulso, sentido e significado. José Honório diagnosticava, portanto, que era possível

desde logo notar o contraste entre a estima que lhe devotavam e a lição que ensinou. Capistrano de Abreu tornou-se uma lenda no campo da historiografia, onde todos prestam seu culto ao mestre. Esteve na moda louvá-lo, mas desprezou-se seu conselho. A razão do contraste é fácil de achar. Ele é uma companhia desagradável para quem procura o êxito imediato, pois combinava uma espécie de ironia socrática com uma intolerância puritana contra a presunção. (Rodrigues, 1953, p.137)

O pilar central no projeto que arquitetava necessitava não apenas da solidez de um intérprete, mas também da confiabilidade de um grande pesquisador e humanista. Clamava, portanto, pela inspiração de "clareza e crítica, sobriedade e competência, probidade e erudição [que] completam e formam as qualidades do seu espírito e de seus trabalhos". Se o espólio de Capistrano seria modesto, como diziam alguns críticos à época, Rodrigues retrucava dizendo que não importam "os grossos volumes; devemos fixar-nos não só no

que Capistrano realizou como historiador, mas no que aspirava realizar, no que queria, no que postulava. É na novidade deste princípio, e na estranha energia com que soube mantê-lo que reside seu mérito essencial e incomparável” (ibidem).

Entretanto, o caminho percorrido por Rodrigues até o amadurecimento de seu projeto e mesmo da função estrutural de seu Capistrano de Abreu foi longo. Apesar da relevância dessa viga mestra, seu projeto era mais amplo, e as demais personagens de sua narrativa, ele próprio inclusive, também seriam fundamentais para a ideia de uma ‘evolução’ da pesquisa histórica. Apresento a seguir alguns momentos pouco conhecidos dos primeiros escritos de José Honório, bem como uma faceta ‘freyriana’ aparentemente esquecida deste que é lembrado sempre como um dos mais diligentes ‘discípulos de Capistrano’, no intuito de relacionar essas características à gestação do projeto de Rodrigues.

## I

Entre 1933 e 1937, José Honório Rodrigues cursou a Faculdade de Direito do Catete, no Rio de Janeiro. Iniciou sua extensa bibliografia com pequenos artigos em suplementos literários, como praxe à época, do *Jornal do Brasil* e de *O Jornal*, ou em revistas como *A Época* e *Idéia*, dentre outras. Rodrigues circulava e dialogava com letrados de grande visibilidade e projeção intelectual desde 1937. Trabalhou como assistente de Sérgio Buarque de Holanda no Instituto Nacional do Livro entre 1939 e 1944. Ainda em 1937, graças a uma monografia escrita em parceria com Joaquim Ribeiro, filho de João Ribeiro, ganhou o Primeiro Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras – texto publicado em 1940. Participou, quase desde a gênese, da coleta de documentos e do desenvolvimento da parte referente aos holandeses no Brasil no *Handbook of Brazilian Studies*, sob a direção de William Berrien e Rubens Borba de Moraes, publicado no Brasil somente em 1949 sob o título de *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Com bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, seus estudos iniciais indicam um caminho que o aproximava mais do que se chamava à época de “Estudos Brasileiros”, com forte acento sociológico. Como não havia fronteiras disciplinares bem delimitadas à época, seu trânsito entre história, geografia, sociologia e antropologia era facilitado, aproximava-o de diferentes intelectuais de projeção à época, como, por exemplo, Gilberto Freyre.

Sua proximidade com as ideias freyrianas, presentes em seus primeiros

escritos, pode ser vista, por um lado, em sua amizade e correspondência com o próprio Freyre, em que se pode perceber, através de fotografias e nas missivas de 6 de agosto e 14 de dezembro de 1938, sua presença em viagens com ele, acompanhado da esposa e de amigos, bem como os encontros do *Club* de Sociologia da Universidade do Distrito Federal.<sup>12</sup> O fundador e primeiro diretor do *Club* foi Freyre, mas, na ocasião das cartas, a direção já cabia a José Bonifácio Martins Rodrigues, uma vez que o “mestre de Apipucos” retornara ao Recife. Freyre respondia às solicitações de auxílio em termos bibliográficos que José Honório lançara em 25 de julho daquele ano. Entretanto, indagava Freyre: “e o *Club* de Sociologia? Você tem aparecido?”.<sup>13</sup> E, em 14 de dezembro, “estimaria que você se pusesse sempre em contato com o *Club* de Sociologia da Universidade, cujo presidente é o José Bonifácio”.<sup>14</sup> Além disso, dois artigos de 1939 permitem que se pense que as perspectivas de Freyre assumiam uma posição central nos anos de formação de Rodrigues. O segundo artigo que analisarei aqui sustenta essa posição, mas versa, curiosamente, sobre Capistrano de Abreu. Trata-se de espécie de ‘artigo-resenha’ por conta da publicação da terceira série de *Ensaios e Estudos*, coletânea da SCA. Publicado na *Revista do Brasil*, seu artigo-resenha de certa forma inaugura as relações entre seu autor e a SCA. A revista, então em sua terceira fase e dirigida por Octávio Tarquínio de Souza, já contara com contribuições de Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda e Graciliano Ramos, entre outros.<sup>15</sup>

O primeiro artigo que analiso, contudo, foi publicado no suplemento literário de *O Jornal*, em 30 de abril de 1939, e intitula-se “Interpretação culturalista da história”. Rodrigues defende que “a história deve ser ... a ciência social genética trabalhando lado a lado com a antropologia cultural no esforço de explicar as repetições e as uniformidades no desenvolvimento da vida social humana”.<sup>16</sup> Em seu texto de 1937 sobre os holandeses, Rodrigues citou 21 vezes os textos e as interpretações de viés antropológico e ‘culturalista’ de Freyre, que assumiram centralidade na maneira como ele interpretou o período holandês de Pernambuco. Capistrano ficou apenas com doze menções. Para José Honório, os “ensaios biográficos e descritivos” e os “velhos dogmas” (termos do autor) de que história seria “o passado político” ou a “biografia coletiva” seriam permanências na “historiografia nacional” (ele usa o termo) que deveriam ser “urgentemente abandonadas” (ibidem, 1ª e 2ª parágrafos), em prol de interpretações como a de Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala* e a dele próprio, nessa esteira, em sua monografia premiada, porém ainda no prelo.

Nesse artigo, José Honório definia a história como “o maior laboratório

psicológico para o estudo concreto da ação humana no passado”. No caso de Pernambuco, Rodrigues defende a interpretação culturalista e psicológica como um caminho essencialmente novo que, aliado ao cuidadoso levantamento das fontes, permite, por exemplo, o afastamento das explicações raciais, perspectiva bastante forte na historiografia do período. É bem conhecido o impacto que *Casa-grande e senzala* produziu em 1933 ao desbancar alguns lugares comuns das teorias racistas. São os ecos desse impacto que se podem ouvir nos primeiros textos de Rodrigues. Nesse sentido, vale destacar ainda que, para José Honório, valia a pena chamar a atenção dos historiadores para os métodos de análise da Antropologia Cultural, pois somente assim “uma verdadeira transformação nos rumos da historiografia” poderia se realizar (ibidem, 9º e 18º parágrafos).

Já em seu artigo-resenha na *Revista do Brasil*, de março de 1939, o caminho seguido por nosso historiador mantém o mesmo rumo, porém agora versa sobre textos de Capistrano de Abreu. Por ser a primeira publicação de José Honório comentando textos do cearense, autor que, como mencionado anteriormente, assumirá função estrutural em seu projeto, esse texto é muito importante. Todavia, torna-se ainda mais interessante aqui, precisamente, pois não parece ser um de seus textos eminentemente preocupados com uma renovação da historiografia, como no artigo já analisado. Então com 25 anos de idade, o jovem José Honório não se distinguia tanto daquele coro de elogios à figura magistral de Capistrano de Abreu, tampouco do louvor à memória do patrono da SCA – instituição fundada no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1927, por um grupo de discípulos de Capistrano de Abreu, falecido menos de um mês antes, e por Adriano de Abreu, filho do historiador. José Honório respeitava tom e diapasão estabelecidos pela SCA, sublinhando que, essencialmente, “a obra do nosso maior historiador” seria caracterizada pela “unidade de pensamento”. Limitava-se a glosar os epítetos ventilados pela agremiação e boa parte dos pensadores da história, para falar como Angela de Castro Gomes, da época – que exaltavam Capistrano como o maior historiador que a pátria conheceria. A unidade de pensamento de Capistrano se destacava para José Honório, pois

o autodidatismo, tão pernicioso à formação da cultura, tem sido um dos principais causadores da perplexidade e confusão de alguns de nossos escritores em face das correntes doutrinárias. Uns deixam-se espantar pela teoria nova que surgiu sem conhecerem as raízes que possibilitaram a sua formação; no que realmente contribuiu a nova doutrina para um melhor conhecimento, e o que já era aquisição definitivamente da ciência; outros confundem correntes modernas, coincidentes

no tempo, mas discordantes em seus pontos essenciais, e assim misturam mais do que esclarecem.<sup>17</sup>

Avaliava ainda que o “mal do autodidatismo”, em termos dos estudos históricos, seria quase permanente no Brasil. “Por vezes”, prosseguia, “falta-nos uma clara visão das teorias filosóficas. A unidade de pensamento, a coerência lógica das ideias, a sistemática de uma disciplina são confusamente baralhadas numa apresentação desarmoniosa”. Sendo assim, a obra de Capistrano, então publicada pela SCA “para o gáudio dos estudiosos brasileiros”, como dizia Rodrigues, viria em boa hora, pois “é fora de dúvida, que Capistrano de Abreu é, sem favor, uma das mais belas expressões de unidade de pensamento. Aquele que tiver bom gosto de ler as suas páginas de crítica e história, pelo menos, essa convicção terá – a coerência de suas ideias” (ibidem).

Após a sequência de elogios à figura do grande historiador Capistrano de Abreu, José Honório marcou algumas limitações na sua escrita. Para tal, frisou os diálogos entre as leituras de Capistrano e de outros intelectuais, elencando alguns autores e suas respectivas visões acerca do domínio holandês no Nordeste; do papel dos indígenas; da contribuição ou não da história dos jesuítas para com a História do Brasil e as polêmicas acerca dos comentários de Capistrano de Abreu sobre sua dispensabilidade. José Honório situava, também, Capistrano em debate com as teses de Silvio Romero. No que tange às contribuições dos indígenas e africanos para a formação da civilização brasileira, dizia Rodrigues, esse seria um ponto “que nos parece neste momento de grande atualidade”: de um lado, Romero, afirmando que “aos bandos de africanos de origem diversa que concorreram, diretamente, para avultar esta nação, é que se deve atribuir em sua máxima parte o que de diverso existir entre o brasileiro e o seu ascendente europeu”. E Capistrano de Abreu, do outro lado: “o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu atribuo-o em máxima parte ao elemento clima e ao indígena. Sem negar a ação do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores, tomados isoladamente ou em conjunção”. Esse debate de ideias, segundo a leitura de José Honório, torna-se interessante aqui, pois ao fim do artigo Rodrigues classifica ambas as posturas, tanto de Abreu quanto de Romero, como “intransigentes”, e afirma que “com nenhum dos dois está a razão”. Na opinião de Rodrigues, a razão estaria com Gilberto Freyre, porque

o certo seria afirmar que a civilização brasileira é um ‘compósito’ de culturas diversas, que podem distinguir em determinadas áreas de influência mais

marcante desta ou daquela cultura, mas que no todo apresenta uma determinada unidade de cultura geral. Na formação da família, na economia, enfim seria ocioso lembrar aqui todo o montante de influência que as culturas índia e negra trouxeram à civilização brasileira. Mesmo porque esta tem sido a finalidade de alguns trabalhos que ultimamente vêm aparecendo.

Em seguida, assevera:

em *Casa-grande e senzala* pode-se ter uma síntese e mesmo uma análise das influências negras e índias. Não pode haver dúvida de que *Capistrano errava* quando dizia referindo-se aos tupinambás: “Assim representavam o termo de evolução a que os portugueses e africanos tendiam a cada progresso que fazia a aclimação das raças vindicas, era um passo que os aproximava dos caboclos”. (ibidem, p.62-63, grifo meu)

Sem diminuir os elogios a Capistrano, José Honório lança comentários críticos sobre algumas de suas interpretações. Assim, dá margem para se inferir sobre uma possível proximidade maior com as ideias e a perspectiva de Gilberto Freyre.

Outro aspecto importante é que o Capistrano retratado nesse texto assemelha-se mais a um intelectual afeito aos determinismos de Spencer, ou de uma ‘escola positivista’, do que o Capistrano ‘alemão’ (metódico) representado por Rodrigues posteriormente. A ênfase sobre a formação metódica nos moldes da ciência histórica alemã de Ranke, por exemplo, seria traço predominante na caracterização do mestre da historiografia brasileira no texto “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”, de 1953. Nesse texto, Rodrigues valoriza a breve menção feita por Capistrano, em missiva de 1904 ao barão de Studart, ao trabalho de Ranke. Em sua leitura de 1953, Rodrigues propunha uma comparação entre o Capistrano positivista e o metódico, deixando claro que, a partir de 1900, ele teria se ‘germanizado’, deixando para trás os resquícios do positivismo presentes em sua tese de 1883, sobre o ‘Descobrimento’ do Brasil – apresentada no concurso para o Colégio Pedro II. Após a entrada do século XX, Capistrano teria se deixado conduzir pelos métodos de seminário de Ranke e pela doutrina antropogeográfica de Ratzel, seguindo o método crítico-filológico de pesar os testemunhos e pesquisar as fontes, sua autenticidade e credibilidade, limpando, por assim dizer, os documentos de toda suspeita.

Se compararmos a escola positivista, a que esteve ligado Capistrano até sua aprendizagem do alemão, com os historiadores do realismo histórico, a que pas-

sou a filiar-se ... só depois de germanizar seu espírito que ele se voltou para a pesquisa das fontes, na base crítico-filológica, para a edição crítica, para o exame da fidedignidade e interpretação das fontes. Não é qualquer texto, qualquer testemunho que deve servir ao historiador; é só aquele que passou pelo exame rigoroso da crítica histórica.<sup>18</sup>

Assim, José Honório afirmará que Capistrano “renovou todo o método e o espírito da historiografia brasileira” com suas edições críticas da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen – idealizada por Capistrano, mas praticamente toda ela realizada e concluída por Rodolfo Garcia –, e da *História do Brasil* de Frei Vicente Salvador. Esta última teria sido “o mais sério e o mais perfeito exemplo de crítica histórica, com todo o rigor da metodologia alemã”, como José Honório caracterizava (ibidem, p.136).

O que isso tudo significa? Primeiramente, salta aos olhos que em nenhuma linha do referido artigo-ressenha de 1939 ele lance mão do termo ‘historiografia’ para falar de Capistrano de Abreu, como fez ao falar da renovação historiográfica a partir de uma interpretação culturalista da História. Fala de história e historiador, ou melhor, de nosso maior historiador, ou o mais autêntico historiador que possuímos, porém nada em relação à reviravolta historiográfica em um texto que ao invés de entronizar integralmente o maior historiador brasileiro, como ele próprio repetia, lhe fazia críticas e reverenciava a linha de interpretação seguida por Gilberto Freyre e ele próprio à época. Sua admiração pelo trabalho do “mestre de Apipucos”, entretanto, se mostrava bastante forte, quase filial, apesar dos elogios a Capistrano. Elogios que, no limite, figuravam como parte necessária de seu discurso frente aos seus leitores, uma vez que assim suas pequenas críticas, talvez, não ferissem os ouvidos de sua audiência, que Rodrigues sabia bem qual seria.

Desse modo, acredito que sua visão para a historiografia ainda não se constituía em seus horizontes da forma como, mais tarde, ele sistematizaria sob o formato de um projeto. A imagem do historiador ‘moderno’, o maior de todos, Capistrano de Abreu, já seria uma constante, da qual ele soube se utilizar e com a qual dialogaria, pois também era compartilhada por boa parte da intelectualidade de sua época. No entanto, não havia um interesse claro, da parte de Rodrigues, por uma narrativa de uma história da História, prevalecendo as perspectivas de Freyre e as contribuições da Antropologia Cultural sobre aquilo que a historiografia produzia então.

## II

Em 1943, após um breve encontro com William Berrien no Rio de Janeiro, por conta de questões pendentes na participação de Rodrigues na confecção do *Handbook of Brazilian Studies*, surgiu um convite para estudar por aproximadamente um ano nos Estados Unidos. Três estudantes foram escolhidos por Berrien: Rodrigues, Mattoso Câmara (filólogo) e José do Prado Valadares (especialista em museus). Uma vez por lá, e convidado pelo professor Frank Tannenbaum, Rodrigues assistiu como ouvinte ao curso de “Introdução aos estudos históricos”, ministrado por Charles W. Cole, no qual questões acerca das teorias, métodos da história, filosofias da história e, principalmente, historiografia ou ‘história da história’, passaram a significar muito para Rodrigues. Desde então, José Honório passou a caracterizá-las em seus textos como saberes fundamentais para a ‘formação espiritual’ e profissional dos historiadores brasileiros. A historiografia, como ele a entendia, seria um dos elementos centrais dessa formação, uma vez que através dela os jovens estudantes poderiam aprender a escrever História corretamente, até mesmo com base no contato com os ‘grandes mestres’ do passado.

Ao retornar dos Estados Unidos, e ao longo do ano de 1945, José Honório passou a publicar textos nos quais o termo ‘historiografia’ ganhava cada vez mais importância, por vezes significando a produção histórica brasileira a ele contemporânea, a escrita da História como vocação, ou ainda a história da História. No que tange à produção histórica brasileira contemporânea, Rodrigues lançou-se à avaliação e ao reconhecimento (ou não) da produção historiográfica no país. Isso pode ser apreendido em dois artigos chamados “A historiografia brasileira em 1945” e “A historiografia brasileira em 1946”, que, ao lado de alguns outros, se tornam particularmente eloquentes.

Ao final do balanço sobre o ano de 1945, Rodrigues aponta algumas medidas que julga urgentes e que “poderiam libertar e fecundar” a historiografia brasileira. Para ele, se e somente se estabelecido o adequado preparo profissional para historiadores nos cursos superiores de história, no qual os cursos de metodologia da história e historiografia seriam imprescindíveis, o conhecimento dos métodos, da natureza da evidência histórica e das ciências auxiliares poderia contribuir para o “amadurecimento da historiografia brasileira”. Da mesma forma, “a publicação integral de documentos inéditos, o conhecimento da evolução da pesquisa, dos seus métodos, da historiografia e o melhor contato com os trabalhos dos grandes clássicos, nossos ou estrangeiros, possibilitariam o preparo de novos historiadores e evitariam o autodidatismo, de



vão perniciosos efeitos". De modo que, concluindo, dizia ser o preparo de guias, catálogos, índices e bibliografias fundamental para o conhecimento dos "tesouros que possuímos e os que necessitamos mandar buscar na Europa". Satisfeitas essas exigências, encerrava finalmente, "prepararíamos a *reviravolta* da historiografia brasileira".<sup>19</sup>

Pode-se perceber que os textos José Honório planejam tal reviravolta. Ou seja, o que ele propunha seria uma completa 'modernização' da História do Brasil. Como ela se efetivaria? Através de uma formação superior regrada pelas normas críticas de 'validade universal', que Rodrigues acreditava ser o método da História, e do conhecimento da historiografia – precisamente os cursos que ele conhecera em sua estada nos Estados Unidos. Aliando essas 'necessidades', termo do autor, a investimentos mais sérios na publicação de documentos e índices anotados (de arquivos e bibliotecas) e na adequada ordenação das pesquisas, a exemplo do que Rodrigues destacava ser praxe na Europa.

Tais exames importam pelo simples fato de pertencerem à coluna de Rodrigues em um suplemento literário de um periódico de ampla circulação como *O Jornal*, e por deixarem que se percebam mais do que os juízos de José Honório sobre aquelas publicações, como também a valorização da escrita da História não só como gênero, mas como *necessidade*. Pois a sua defesa do estabelecimento de normas metodológicas parece indício daquilo que ele defendia como uma 'verdadeira' historiografia, ou seja, aqueles que poderiam escrever ou contribuir para a mudança dos rumos da História do Brasil, até então caracterizada pelos traços do período colonial, de pouca ou nenhuma transformação, quando não inerte, de tendência ou natureza conservadora, e não como um processo, um movimento evolutivo e progressivo, como era o desejo de José Honório e muitos outros intelectuais à época.

Após 1945, Rodrigues passou a se ocupar com a identificação de uma linhagem intelectual de historiadores brasileiros. Por historiadores brasileiros, lia-se: os grandes e pequenos mestres, que contribuíram para a escrita da história no Brasil ou, melhor ainda, para a escrita da História do Brasil. Aliado ao seu diagnóstico pouco otimista sobre o que se escrevia em termos históricos no país, Rodrigues iniciou um investimento cada vez mais sério de procura por uma linhagem de verdadeiros historiadores brasileiros. Em sua leitura, essa linhagem descenderia de Varnhagen ('Pai e Mestre'), passaria por Capistrano (maior discípulo e, então, 'Mestre'), chegando a Rodolfo Garcia e Affonso Taunay ('discípulos' que também se tornaram 'mestres'), dentre outros. A

importância da metodologia na pesquisa era critério de seleção e julgamento para seus *mestres*.

Em artigo sobre Garcia e Taunay, José Honório anuncia que com Varnhagen “iniciava-se na história da história brasileira uma renovação sistemática de seus *métodos* de trabalho”. Assim, assevera que teria sido “de fato” Varnhagen o responsável pela secularização da história brasileira, até então “apenas *demonstratio evangelica* e sua interpretação uma tarefa estritamente teológica”. Teria sido ele, portanto, o transformador daqueles sermões de “padres absortos na história eclesiástica” em narrativa de “fatos civis e políticos, apoiada em boa fonte material”. E mais,

se compararmos com os que o precederam, abstraindo Southey, que não pertence à nossa historiografia senão por acaso, e cuja obra não influenciou tanto na nossa literatura histórica, veremos o passo enorme que representa o aparecimento inesperado de Francisco Adolfo de Varnhagen. Estava feita a revolução na história brasileira.

Para Rodrigues, portanto, Varnhagen “sofrera a influência dos iniciadores da *Monumentae Germaniae Historica* de Ranke e seus discípulos, que editaram a mais autorizada coleção de fontes documentais”, mas teria ficado durante longo período esquecido ou foi “denegrido ou ainda aproveitado às escondidas pelos que lhes sentiam a autoridade incontestável”. Sua “reabilitação”, dizia José Honório, coubera a Capistrano de Abreu que, “dotado como Varnhagen de superior conhecimento da metodologia histórica, da bibliografia e da documentação brasileira, pôde reiniciar na história brasileira a boa e clássica orientação da historiografia alemã, começada pelo Mestre”.<sup>20</sup>

A urdidura de uma trama conduzida pelo fio da importância da metodologia na pesquisa (descoberta dos fatos e de fontes inéditas) seria sinônimo, na leitura de Rodrigues, para grandiosidade, autoridade, profissionalismo, confiança e merecimento de reconhecimento e respeito,<sup>21</sup> isto é, de um lugar merecido e com destaque garantido nessa “história da pesquisa brasileira”. Garcia e Taunay, portanto, pertenceriam a essa tradição, como dois “grandes discípulos” de Capistrano e, por conseguinte, de Varnhagen. Nos termos do autor, “estes dois grandes historiadores [Garcia e Taunay] representam a genuína corrente que desde Varnhagen urgia pelo enriquecimento do material, seja no arquivo, descoberto para sua imediata utilização, seja editado segundo as rigorosas normas estabelecidas pela metodologia alemã”. Sendo assim, continuava,

Rodolfo Garcia e Affonso Taunay aprenderam com Capistrano de Abreu e cedo se tornaram mestres desta mesma orientação de tão valiosos resultados. Capistrano, ao morrer, poderia dizer-lhes como Ranke aos seus discípulos em 1877: completais minha glória de professor. A fecunda laboriosidade, a diligência exemplar e a autenticidade das pesquisas revelaram cedo os dois historiadores que o Mestre, para nosso benefício, havia formado.

A periodização para os historiadores brasileiros assume grande importância para José Honório. Em 1949, já em THB, Rodrigues caracterizou a periodização como uma das mais importantes e difíceis empresas dos historiadores. Ao destacar a importância das discussões acerca da periodização no IHGB, por exemplo, ele não apenas sublinha uma das preocupações desses letrados como, *pari passu*, oferece uma certidão de nascimento para a moderna historiografia brasileira que projetava. José Honório defendia que pensar a história implicava dividi-la, periodizá-la. Aplicando essa perspectiva à escrita da História do Brasil, em termos de uma periodização dos primeiros livros históricos, Rodrigues anuncia que a pesquisa histórica no país se desenvolveu a partir da fundação do IHGB, o “nosso principal estimulador dos estudos históricos”. Delinea também, paralelamente, a periodização para sua linhagem, partindo do IHGB, pois esse teria sido o primeiro centro de pesquisas históricas do país, inspirado, dizia ele, “pelos melhores e mais corretos princípios que acabavam de ser lançados pela escola alemã” (Rodrigues, PHB, 1952, p.25-26 *passim*).

Outro exemplo disso pode ser encontrado nos comentários sobre Karl F. Ph. von Martius (naturalista bávaro), que teria sido o “primeiro a chamar atenção sobre a importância das três raças na história brasileira”.<sup>22</sup> O ponto acerca das contribuições de Martius aparecerá em sua periodização novamente em posição de destaque com dois outros autores: Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre – nesta ordem, o que marca uma alteração na postura de Rodrigues quanto ao que parecia ser sua ideia anterior acerca desses autores. A qual, como dito, priorizava as perspectivas de Freyre. Essa alteração – cabe dizê-lo – seria não apenas parte de uma organização cronológica de sua periodização em termos narrativos, mas também indício de um possível redimensionamento do lugar e da função de Capistrano de Abreu de acordo com um projeto que dava sinais de organização. Mas isso não significa que apenas Capistrano seria o mais importante. Toda a relação de Capistrano para com esse projeto seria atada à trama narrativa que ele cerzia, cujo sentido seria o seu projeto. José Honório tinha por fito destacar algumas das contribuições da-

queles que lia como seus predecessores ou mesmo do IHGB, tratado como uma instituição exclusivamente dedicada à pesquisa histórica e desprovida de embates e disputas entre seus sócios. Esse passado apontava para aquilo que, no seu presente, não apenas se consolidava como sua perspectiva e seus projetos, mas também lhe permitia remeter ao ‘ontem’, procurando estabelecer uma linhagem à qual filiava sua visão para seu Instituto de Pesquisas, ou seja, o futuro da pesquisa histórica no Brasil.

A leitura que Rodrigues fizera dos escritos de Capistrano se aprofundou nos anos que se seguiram à publicação de THB. Especialmente quando assumiu a direção da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional e se lançou ao preparo da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, que lhe permitiu consolidar seu plano e sua interpretação para o nascimento daquilo que ele identificava como uma história da escrita histórica brasileira. Rodrigues identificaria no “Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen”, escrito por Capistrano por conta do falecimento do mestre, em 1878, um berço para suas iniciativas. Um necrológio é, primeiramente, um elogio à memória de um intelectual recentemente falecido, um retrato, por assim dizer, pintado com palavras. Contudo, apesar de Capistrano ter rendido a Varnhagen honrosos elogios, destacando-o como grande exemplo a seguir e venerar,<sup>23</sup> aproveitou a oportunidade para criar um espaço para si próprio. Ao elogiar o que Varnhagen havia feito, mencionou o que ele não fizera, ou aquilo que sua escrita carecia em termos estéticos. Assim, dizia Rodrigues,

não à toa que o maior historiador brasileiro [Capistrano], não pela contribuição material mas pela agudeza e capacidade crítica tenha sido também quem melhor distinguiu os períodos de nossa história. Capistrano de Abreu sentiu a necessidade espiritual de buscar, sob métodos críticos de pesquisa, as raízes de nossas verdadeiras épocas, distintas, únicas e singulares. Sua periodização não é só objetiva, empiricamente baseada nas fontes materiais e nos fatos, mas sociológica.

Ou ainda, assevera Rodrigues acerca do “Necrológio...”:

não será exagero dizer que Capistrano de Abreu soube, com essas poucas páginas, elevar-se realmente a uma altura ainda não atingida por nenhum historiador brasileiro. E é aqui, então, que ele anota a deficiência fundamental de Varnhagen, sua falta de percepção filosófica. E é aqui, ao adotar estas grandes cesuras, ao caracterizá-las e ligá-las que ele mostra o elemento propriamente filosófico da história do Brasil, e demonstra sua penetrante capacidade teórica, que o distingue

de qualquer pedante, qualquer rato ou burocrata da história para elevá-lo ao nível do verdadeiro historiador. (Rodrigues, THB, 1949, p.72 e 74)

A perpetuação da grandiosidade de um mestre parece ser uma das formas de elogiar e prestigiar também os discípulos dentro da comunidade letrada envolvida com a escrita histórica em inícios do XX. Alguns discípulos alhures ganham notoriedade por serem encarregados da publicação dos textos do mestre falecido e, quando possível, até mesmo organizar e prefaciá-los em alguma coletânea inédita de seu mentor. Manuscritos e correspondência valem muito nessa 'economia' simbólica, pois indicam a proximidade e efetiva intimidade entre o mestre e seu discípulo – tido como herdeiro. Quando essa relação não é mais possível, parece caber aos discípulos espécie de 'dever moral' de anotar a obra do mestre.

Em 1952, José Honório Rodrigues já havia começado a divulgação de seu projeto e de suas contribuições para uma renovação da historiografia brasileira, cujos esboços iniciais podem ser encontrados, como propus anteriormente, em alguns artigos de 1945 e em seu manual metodológico de 1949. Com a publicação de *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais* (PHB), em 1952, seu projeto ganhava contornos bem definidos. O autor se propõe a oferecer uma 'evolução' para a pesquisa histórica brasileira, um caminho percorrido por vários pesquisadores, e também aponta algumas soluções para aquilo que José Honório identificava em seu presente como os 'problemas atuais' da historiografia brasileira – já diagnosticados por ele em seus balanços críticos e anotados ao longo de PHB.

Na esteira de Manoel S. Guimarães (2005, p.34-35), pode-se crer que tal investimento conduzia, na parte final de PHB, para a proposta de criação de um "Instituto de Pesquisa Histórica", que coroaria a evolução proposta, em sua leitura, para a tradição historiográfica brasileira. Acrescento que tal instituto também materializaria, literalmente, a construção daquela mansão que abrigaria seus historiadores, uma vez que um instituto de tal natureza "dirigiria toda a pesquisa histórica no Brasil e no estrangeiro, planejando os trabalhos de tombamento, registro e catalogação e todos os documentos e faria executar os acordos e programas de microfilmagem também no Brasil e no estrangeiro". Para ele, os documentos históricos seriam "patrimônio nacional". Recolhê-los e preservá-los de uma "destruição total" significaria "evitar um rompimento espiritual e manter bem viva a nossa tradição histórica". Isso, de certa forma, também cabe na categoria das "intempéries", que mencionei na abertura deste artigo, das quais José Honório tentava preservar a historiografia nacional;

por conseguinte, buscava libertar a História do Brasil de visões amadorísticas, conservadoras ou tradicionalistas. Segundo seus critérios, “a verdadeira apologia da pesquisa histórica consiste na ajuda ao cumprimento destas tarefas, sem as quais é impossível o maduro desenvolvimento da historiografia brasileira e sobre o Brasil”.

A criação do Instituto de Pesquisa Histórica, inspirando-se na *melhor das nossas tradições*, é uma necessidade nacional e visa estimular a investigação histórica, promover a assistência regional técnica aos arquivos públicos e privados, colaborar para a formação e aperfeiçoamento de historiadores e pesquisadores. (Rodrigues, PHB, 1952, p.164 e 169, grifo meu)

Pode-se, assim, compreender melhor uma das epígrafes escolhidas pelo carioca para a primeira edição de seu PHB, na qual, citando Capistrano de Abreu, em missiva de 17 de maio de 1920 a João Lúcio de Azevedo, afirmava que “o Brasil não precisa de História, precisa de documentos”.<sup>24</sup> Isso porque somente através da verdadeira pesquisa documental, acreditava José Honório, se poderiam desvelar os reais caminhos da História do Brasil.

### III

Em termos de sua narrativa, José Honório passa por Capistrano de Abreu como personagem central e marco divisório em um ‘antes’ e um ‘depois’ em termos historiográficos na sua periodização. Essa teria nascido no IHGB e, com Varnhagen, a primeira História do Brasil teria sido escrita. A narrativa de Rodrigues, entretanto, teria por fito ‘fazer ver’, ou ainda tornar autoevidente essa genealogia para a pesquisa histórica. Aliás, uma tradição como essa teria endereço e morada assegurados em seu IPH. Uma tradição historiográfica, narrada como história dos pesquisadores históricos que o antecederam, volta-se à projeção futura daquilo que ele queria construir em seu presente, atribuindo valor na mesma medida em que narrava e dava a ler uma nobre linhagem para seus contemporâneos. À luz dessa história dos historiadores brasileiros, cada um dos pertencentes a ela – pois respeitosos discípulos dos mestres que configuram tal corrente – ganhariam também relevo e importância. A historiografia brasileira, dizia Rodrigues, seria portanto “um espelho de sua própria história” (Rodrigues, THB, 1957, v.1, p.9). Espelho que refletiria toda a grandiosidade dos mestres de ontem e dos discípulos (candidatos à maestria) de hoje. Nesse sentido, Capistrano de Abreu é importante para José

Honório, bem como todos os demais pesquisadores brasileiros. Em sua narrativa, todos eles conduzem ao momento no qual Rodrigues idealiza seu projeto. Cabe lembrar que o próprio autor se inscreve nessa mesma narrativa: a partir da segunda edição de PHB, de 1969, seu nome figura entre os grandes e pequenos mestres da pesquisa histórica, curiosamente seguido de uma data "1950", entre parênteses, estratégia que não foi utilizada com nenhum outro. A data refere-se ao ano de publicação de *As fontes de história do Brasil na Europa*, pequena brochura publicada pelo Departamento de Imprensa Nacional, na qual José Honório acreditava poder encontrar a sua contribuição para a pesquisa histórica no Brasil (Rodrigues, PHB, 1969, p.103-104).

Por que, então, Capistrano foi o nome escolhido? Por algumas razões. A primeira delas é que Capistrano de Abreu não era apenas um historiador. Era lugar comum considerá-lo 'o maior'. E se ele mirava para o maior, sem dúvida pretendia grandeza análoga para seu projeto. O segundo motivo é que Capistrano teria inaugurado a historiografia brasileira. Não no sentido de escrever a História do Brasil – para José Honório, um mérito inquestionável de Varnhagen –, mas também no sentido de fazer uma história do escrito histórico, de propor a revisão crítica dos trabalhos de um historiador, sabendo reconhecer um mestre e honrando-o como seu discípulo, porém indicando críticas e revisões. Uma terceira razão deriva do contato de Capistrano com textos da moderna escola histórica alemã, o que teria, na leitura de José Honório, impacto direto no direcionamento de Capistrano à escrita da História nacional. Para nosso historiador, esse contato foi definidor da formação teórica e metodológica moderna de Capistrano e, por conseguinte, tornou-se exemplar para um campo que se propõe profissionalizar. Para um historiador que escreveu um manual metodológico, o quilate desse traço é bastante significativo.

É preciso lembrar, porém, que o enredo e a reunião de intelectuais tão diversos como partes de uma evolução são produto da estrutura narrativa e da interpretação de José Honório – uma possibilidade, portanto. Somente em função de sua narrativa os autores ('verdadeiros historiadores') ganham relevância maior ou menor, para aquilo que ele defendia, pois nessa trama podem ser sintetizados num tempo histórico e compreendidos como experiência para determinado campo (presente) e seus horizontes. A narrativa busca tornar 'visível' a passagem do tempo e a mudança que permitiriam a Rodrigues tecer a diferença fundamental entre o que foi (passado), o que era (seu presente) e o que seria seu projeto (futuro) para a historiografia brasileira. Cada uma de suas personagens seria um marco em uma periodização que depende, antes de mais, das outras personagens e, por conseguinte, da própria narrativa, cujo

enredo (ou trama) é base a partir da qual se poderia visualizar sua historiografia como algo ‘em si’, porém dinâmico – em movimento evolutivo cujo sentido (*têlos*) seria seu IPH.

Ao final de seu texto de 1949, Rodrigues já sublinhara o que ele caracteriza como um “programa” para a tarefa de “compreensão e a síntese históricas”, que ele desenvolveria mais tarde. Mais ainda, enfatizava que tal programa, “tão claro e lúcido, tão simples e nobre, tem sido realizado pela mais moderna historiografia brasileira”. E, indo além, afirmava que o “seu amadurecimento”

se revela nas obras de compreensão e síntese, de interpretação e análise, de domínio sobre o texto e adequada aplicação teórica, com que Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Paulo Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda têm revelado o sentido de nossa evolução. Há neles uma apurada compreensão histórica, uma fina e aguda percepção psicológica, uma extraordinária capacidade teórica e, muitas vezes, sopro filosófico ... Não importa o encontro ou desencontro ocasional de teses e sínteses; eles estão uns ao lado dos outros pela capacidade de examinar textos à luz das teorias e pela especial consciência histórica de que estão possuídos. (Rodrigues, THB, 1949, p.255)

Rodrigues, portanto, permite que se enseje a dimensão de um projeto que guia seu intento de “pôr em contato os jovens estudantes com seus predecesores, revelar as direções principais, como seu método para ensinar a história e de, tanto quanto possível, ensinar a escrever história” (Rodrigues, “Apêndice”, em THB, 1978, p.455, grifo meu). Para compreender as relações entre história e historiadores do e no Brasil, teria se preocupado em definir uma história para essa ‘historiografia’.

Seu instituto serviria de morada, escola e fortaleza a partir da qual lançaria seu combate ao modelo instituído nas universidades brasileiras. Seu modelo de historiador (pesquisador profissional e professor) procuraria garantir a autoridade científica aos historiadores da esfera universitária brasileira, tendo em vista suas duras críticas à formação quase exclusiva de professores secundários pelos Cursos de História no país. Autoridade essa que estaria ligada aos projetos de Rodrigues para a escrita de uma nova História do Brasil, realizada por aqueles vinculados à sua tradição: elo central não apenas na formação de verdadeiros historiadores e garantia de uma emancipação intelectual para os profissionais da História no país, mas investimento legitimado pela própria história por ele narrada. Seu projeto para o IPH, e razão de sua arquitetura, contudo, nunca saiu do papel.



## IV

À luz destas considerações, pode-se indagar sobre um sentido e algumas possibilidades da história da historiografia no Brasil. É claro que os esforços de Rodrigues foram importantes e, para um conjunto bastante relevante de historiadores, permanecem como referência fundamental e pioneira para o que hoje se estabelece como um campo de pesquisas.

Mesmo assim, podem-se seguir as sugestões de Manoel Salgado Guimarães sobre a tarefa que desempenha o trabalho da Historiografia no Brasil de hoje. Trabalho este que caminha no sentido de compreender as muitas formas da escrita da história e também, mas não exclusivamente, a constituição de sua versão disciplinar – fundada a partir de fortes traços narcísicos estabelecidos por uma perspectiva da história como um 'espelho' que refletiria de maneira clara, cristalina e o mais objetivamente possível o passado brasileiro. Esse passado, porém, é hoje compreendido como uma possibilidade ou, pelo menos, uma projeção de um (ego) presente sobre um conjunto de eventos sintetizados cronológica e teleologicamente.

Para Guimarães, o esforço da historiografia contemporânea seria no sentido de caminhar “do texto ao autor e não ao contrário” (Guimarães, 2005, p.46). Repensar esses traços narcísicos, bem como a tarefa de “quebrar o espelho”,<sup>25</sup> seriam parte do trabalho da Historiografia. Trabalho difícil, portanto. Lembrar que a constituição de uma história disciplinar no Brasil, ou de sua profissionalização – como defendia José Honório Rodrigues –, implicava fortes doses de legitimação e justificação acerca de sua relevância e suas contribuições com base em um passado escolhido como seu – segundo escala, esquadro e compasso utilizados na confecção de seu projeto à luz das questões de seu presente. Estabelecido como porto seguro, esse passado permitiria manter acesas as chamas da grandiosa tarefa dos historiadores a honrar 'a' tradição. O passado da pesquisa histórica seria uma certeza, uma presença monumental, que atenderia à invocação dos historiadores.

Creio que um despertar historiográfico, como Pierre Nora anunciava para o caso francês, por exemplo, implica trabalhar o passado como questão, como um problema para o presente, não objeto de certezas. Assim, “interrogar uma tradição”, dizia ainda o francês, “por mais venerável que ela seja, é não mais se reconhecer como seu único portador”. Isto é, compreender a relação de adoração pelo passado implica reconhecer que há outras possibilidades e interpretações possíveis. Venerar a si próprio e aos seus projetos como reflexos de um – e um apenas – “grandioso passado” pode ter sido *uma* estratégia vá-

lida, dentre outras possíveis, que como tal merecem ser compreendidas historicamente, mas que podem ser lidas de outras formas, até mesmo para que novos horizontes se tornem possíveis. Se “toda história entrou em uma idade historiográfica”,<sup>26</sup> como propunha Nora, na esteira de Michel de Certeau, marcar a distância crítica que instala a descontinuidade entre passado (ausência) e presente (trabalho) torna-se uma ocupação fundamental dos historiadores.

Acredito que os textos e a perspectiva de José Honório Rodrigues no que tange a uma história da pesquisa histórica brasileira representem bem *uma* possibilidade do fazer historiográfico. Tarefa que, é preciso reconhecer, cristalizou identidades e boas doses de sacralidade – sempre complexas, por suas próprias características de se relacionar com o passado – a todos os esforços em prol de uma historicização crítica das identidades, dentre elas a identidade historiadora. Deste modo, creio que cabe à Historiografia o trabalho de compreender as muitas faces, os riscos e as possibilidades dessas projeções do presente sobre o passado. Esforço autocrítico, acima de tudo, esse trabalho residiria nos “antípodas de uma disciplina” (ou subdisciplina), como diria François Hartog. Uma abordagem não necessariamente dura demais (‘epistemologizante’) nem demasiado esotérica (internalista), pois restrita a círculos de especialistas “mais ou menos autoproclamados”. Assim, ainda com Hartog,

esse movimento e esse momento que se podem chamar, por comodismo, de ‘reflexivos’ (conferindo-lhes esse duplo alcance epistemológico e historiográfico) dizem respeito, ao lado da história, ao conjunto das ciências sociais. Diversamente da história positivista ou metódica que rejeitava a historiografia, o momento presente leva a uma combinação entre história da história e método, ou melhor, entre historiografia e epistemologia. O termo historiografia basta, a meu ver, para designar essa mescla.<sup>27</sup>

A escrita da História torna-se, portanto, um esforço para tornar compreensíveis as muitas dimensões e interpretações do passado, sem se esquecer de ser ele mesmo uma interpretação. Caberia, portanto, à Historiografia estar atenta para os perigos e possibilidades de todo e qualquer esforço de encerrar ou naturalizar uma narrativa, principalmente acerca de si mesma. Indagar, caso a caso, se e quando algo preocupante pode emergir do pacto, quase sempre silencioso, que se estabelece entre rememoração, memorização e comemoração.<sup>28</sup>

Assim, que a tarefa da Historiografia seja mais ampla do que narrar ou legitimar uma história da História, manter ou adorar cânones sagrados e con-

sagrados, reiterar panteões. Que não se cinja tampouco a uma atitude iconoclasta diante das tradições. Como parte da sua contribuição à formação histórica do gênero humano, seria desejável que seu compromisso fosse mais voltado ao investimento de tornar inteligíveis aos homens as suas formas de compreensão (históricas e historicizáveis) do passado. Dito de outra forma: caberia à Historiografia o compromisso de manutenção da visão histórica ou do pensar historicamente. Antes de tudo, acerca de seus próprios caminhos.

## NOTAS

<sup>1</sup> De forma esquemática, poder-se-ia elencar para representar tal conjunto, nas décadas de 1950 e 1960, Américo Jacobina Lacombe, Francisco Iglésias e Eduardo de Oliveira França. Entre as décadas de 1970 e 1980, João Roberto do Amaral Lapa e Carlos Guilherme Mota. A partir dos anos 1990 e até o presente, os esforços de Manoel Salgado Guimarães. Para esses intelectuais, apesar das muitas diferenças entre si, a imagem de Rodrigues como pioneiro na constituição da história da historiografia como um campo de pesquisas no Brasil torna-se elo comum na forma de recordá-lo.

<sup>2</sup> IGLÉSIAS, Francisco. "José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.55-78, 1988. Esse artigo foi publicado em versão aumentada e revista em: IGLÉSIAS, Francisco. "José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira". In: \_\_\_\_\_. *História e literatura: ensaios para uma História das Ideias no Brasil* (Seleção e Organização de João Antônio de Paula). São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Cedeplar; Face; UFMG, 2009. p.169-204; AZZI, Riolando. "A interpretação da História do Brasil segundo José Honório Rodrigues". *Síntese Política Econômica e Social (SPES)*, n.14, p.111-152; SILVA, Alberto da Costa e. "José Honório Rodrigues: conciliação e reforma no Brasil". In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico*. 2.ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 1999. p.381-392; SILVA, Ítala Byanca Morais da. "Anotar e prefaciar a obra do 'mestre': reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu". *Revista de História da Historiografia*, Ouro Preto, n.3, p.83-105, set. 2009; FRANZINI, Fabio; GONTIJO, Rebeca. "Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960". In: SOIHET, Rachel et al. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.141-160; GUIMARÃES, Géssica Góes. *José Honório Rodrigues: por uma história combatente*. Rio de Janeiro: Departamento de História da Uerj, 2005; PEREIRA, Daniel Mesquita. *José Honório Rodrigues: três dimensões de uma consciência histórica*. Rio de Janeiro: Departamento de História da PUC-Rio, 1995; LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1976; MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1978; \_\_\_\_\_. "José Honório Rodrigues: a obra inacabada". *Estudos Avançados*, v.2, n.3, São Paulo, p.107-110, set.-dez. 1988; IGLÉSIAS, Francisco. "A pesquisa histórica no Brasil". *Revista de História*, São Paulo, v.XLIII, n.88, p.373-415, out.-dez. 1971; \_\_\_\_\_. *Histó-*

*ria e literatura: ensaios para uma História das Ideias no Brasil*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Cedeplar; Face; UFMG, 2009. \_\_\_\_\_. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Belo Horizonte: UFMG; Ipea, 2000; e CAMPOS, Pedro Moacyr; COSTA, Emília Viotti da. “Esboço da historiografia brasileira”. In: GLÉNISSON, Jean. *Introdução aos estudos históricos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p.250-293.

<sup>3</sup> GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues*: um modelo de análise historiográfica Tese (Doutorado) – USP. São Paulo, 1977 (2v.); MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues*: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil. Dissertação (Mestrado) – PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2000; GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. “Historiografia e cultura histórica: notas para um debate”. *Ágora*, Santa Cruz do Sul (RS), v.11, n.1, p.31-47, jan.-jun. 2005.

<sup>4</sup> RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: uma introdução metodológica. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. p.12. Doravante grafado apenas THB, seguido da data da edição e da página da citação.

<sup>5</sup> O prefácio, de onde foi retirada a citação em questão, foi assinado em agosto de 1958. Ver: RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965. p.32. Ao longo do presente artigo há muitas citações. A imensa maioria delas se refere a fontes primárias. A estratégia seguida aqui para reduzir o número de notas como “ibidem”, foi esta: uma nota, ao final do parágrafo, contendo todas as referências das citações *ipsis litteris* utilizadas no parágrafo em questão. As exceções a essa regra acontecerão sempre que se fizer uso de algum texto diferente da sequência em questão, ou outra edição do mesmo, com nota específica para cada caso.

<sup>6</sup> O livro a que se refere José Honório é *Civilização Holandesa no Brasil*, publicado em 1940 na “Biblioteca Pedagógica Brasileira” da Coleção Brasileira. Ver: RODRIGUES, “Prefácio”. In: \_\_\_\_\_. *A pesquisa histórica no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969. p.15. Doravante grafado apenas PHB, seguido da data da edição e da página da citação.

<sup>7</sup> SCHÜTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*: textos escolhidos de Alfred Schütz. (Org. Helmut R. Wagner). Rio de Janeiro: Zahar, 1979; VELHO, Gilberto. “Memória, identidade, projeto”. In: \_\_\_\_\_. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.97-105.

<sup>8</sup> RICCEUR, Paul. *Tiempo y narración*. I. Configuración del tiempo en el relato histórico. 6.ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007. p.31; KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006. p.305-327.

<sup>9</sup> RODRIGUES, José Honório. “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”. *Revista do IHGB*, v.221, p.120-138, out.-dez. 1953. p.121.

<sup>10</sup> RODRIGUES, José Honório. “Nota liminar”. In: ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e estudos*: crítica e história (1ª série). 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975. p.XI.

<sup>11</sup> A tese de doutorado de Fábio Franzini sobre as condições materiais de produção da coleção “Documentos Brasileiros”, e sua relação com a difusão e o consumo do saber histórico no Brasil na primeira metade do século XX. Segundo ele, “a Coleção Documentos Brasileiros destacou-se no conjunto das brasileiras lançadas à mesma época por abrigar autores e obras comprometidos com a renovação do conhecimento sobre o Brasil”. Ao tomá-la como objeto de estudo, Franzini pretende percebê-la especificamente como um veículo privilegiado para a difusão de diferentes visões sobre o passado brasileiro, em especial as renovadoras e, continua ele, “exercendo assim um importante papel na transformação da historiografia nacional ocorrida a partir da década de 1930”. Desta forma, ele a compreende como um “ponto de convergência entre diferentes sujeitos relacionados à produção, difusão e consumo do saber histórico no Brasil”, entre 1936 a 1959. O objetivo central de sua tese é o de apresentar uma faceta da constituição de algo que talvez possa ser chamado de sistema intelectual referente aos estudos históricos no Brasil, esforço de grande valia para a história da historiografia. Ver: FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e às transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP. São Paulo, 2006. p.12-13.

<sup>12</sup> Fundado em junho de 1937, o “*Club de Sociologia*” foi uma agremiação intelectual organizada por Gilberto Freyre e José Bonifácio Rodrigues. Manteve, segundo Simone Meucci, atividades intermitentes, mas focava-se na discussão de ideias acerca de Sociologia e da chamada ‘cultura brasileira’, com acento claramente freyriano, e “mesmo após o fechamento da UDF, a atividade do *Club* se manteve. Em 19 de novembro de 1939, sob os cuidados do *Club*, foi organizado um evento: uma conferência com Almir de Andrade, intelectual do Estado Novo que tinha acabado de publicar *Aspectos da Cultura Brasileira*”. Ver: MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese (Doutorado) – Unicamp. Campinas (SP), 2006. p.136.

<sup>13</sup> Carta de Gilberto Freyre a JHR, Recife, 6 ago. 1938.

<sup>14</sup> Carta de Gilberto Freyre a JHR, Recife, 14 dez. 1938.

<sup>15</sup> Sobre esse periódico, publicado no país desde 1916, e seu significado na construção de uma cultura nacional brasileira, ver: LUCA, Tânia Regina de. *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. Importante ressaltar que a autora avalia diferentes projetos editoriais para a revista em cada uma de suas fases.

<sup>16</sup> RODRIGUES, José Honório. “Interpretação culturalista da história”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1939. [3º parágrafo]. Opto aqui pela contagem dos parágrafos, pois alguns dos artigos de José Honório publicados nesse periódico, por vezes, começavam e eram concluídos na mesma ‘página’ da *Revista* – como era chamado o suplemento literário dominical de *O Jornal*. Outros, como se verá adiante, iniciam em uma página da *Revista*, porém continuam páginas à frente (em geral sempre na página 7 do suplemento), ou mesmo em suplementos das semanas seguintes.

<sup>17</sup> RODRIGUES, José Honório. “Capistrano de Abreu”. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª fase, ano 2, n.9, p.56-63, mar. 1939. p.56.

<sup>18</sup> Capistrano perguntava ao barão “por que não dás a procedência dos documentos que

publicas? ... Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica de fontes criada por Leopold von Ranke na Alemanha, foi renovada a fisionomia da história?”. Ver: RODRIGUES, 1957, p.125-126.

<sup>19</sup> RODRIGUES, José Honório. “A historiografia brasileira em 1945”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1946, antepenúltimo e último parágrafos, respectivamente. Ver também: RODRIGUES, José Honório. “A historiografia brasileira em 1946”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12, 19 e 26 jan. 1947.

<sup>20</sup> RODRIGUES, José Honório. “Rodolfo Garcia e Affonso de Taunay”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1945, 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> parágrafos, respectivamente.

<sup>21</sup> “Educado nesses princípios, sentindo a força e grandeza do Mestre, [Capistrano] compreendeu que a história sem documentos autênticos e sem edição crítica das fontes primárias não podia merecer confiança nem respeito”. *Ibidem*, 4<sup>a</sup> parágrafo.

<sup>22</sup> RODRIGUES, “Rodolfo Garcia e Affonso de Taunay”, 1945, 5<sup>a</sup> parágrafo.

<sup>23</sup> ABREU, João Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen”. In: \_\_\_\_\_. *Ensaios e estudos: crítica e história* (1<sup>a</sup> série). 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975, p.86.

<sup>24</sup> Rodrigues, PHB, 1952, p.vii. Essa epígrafe foi suprimida do texto original a partir da segunda edição de PHB, revista e aumentada, publicada na coleção “Brasiliana” em 1969.

<sup>25</sup> GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p.14.

<sup>26</sup> NORA, Pierre. “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, v.10, p.11, dez. 1993.

<sup>27</sup> HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. p.22.

<sup>28</sup> RICEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2007. p.98.

Artigo recebido em 25 de maio de 2010. Aprovado em 15 de janeiro de 2011.